

Educação Integral na EBIAS: o Programa Mais Educação como transitoriedade e ação indutora¹

Lurdes Regina Borges Lima Machado²

Juares da Silva Thiesen ³

Introdução

O artigo “Educação Integral na EBIAS: o Programa Mais Educação como transitoriedade e ação indutora” é resultado dos estudos realizados na Especialização em Educação Integral do Centro de Ciências da Educação – CED da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e tem como propósito promover o diálogo entre os conceitos de **transitoriedade** e **ação indutora** presentes no *Programa Mais Educação* com a formulação do projeto de Educação Integral desenvolvido em uma das escolas públicas de Ensino Fundamental de Florianópolis.

O *Programa Mais Educação* nasceu como meta do Plano Nacional de Educação em 2007 e tornou-se uma estratégia do Governo Federal brasileiro através do SECAD/MEC⁴ para implantação da Educação Integral em escolas públicas com foco na aprendizagem.

1

Texto apresentado como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Especialização em Educação Integral - Programa desenvolvido no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

2

Pedagoga pela UFSC e aluna da Especialização em Educação Integral da UFSC. Coordenadora de Educação Integral da EBM Intendente Aricomedes da Silva – Florianópolis.

3 Professor Adjunto do CED/UFSC. Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Havana/Cuba e Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela UFSC. Orientador na construção deste artigo.

4

Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação.

Segundo Moll (2012) esse é o terceiro movimento histórico no Brasil⁵ para construir uma escola de jornada ampliada que garanta o direito de aprender das pessoas. O *Programa Mais Educação* é proposto na perspectiva de reavivar as discussões históricas em relação à Educação Integral, mapear as iniciativas já existentes no território nacional e colocar a Educação Integral na agenda de discussões, trabalhando a partir deste novo contexto bem mais complexo e diverso que se vive na atualidade. Neste sentido, não se trata somente de ampliar o tempo de permanência na escola de forma assistencialista, mas de oferecer condições de organizar um currículo que atenda as demandas e as dimensões formadoras das crianças, adolescentes, jovens e adultos por meio da interdisciplinaridade. A implantação da Educação Integral exige currículo pertinente e embasado no Projeto Político Pedagógico da unidade educativa, formação de professores e infraestrutura necessária à organização dos tempos e espaços adequados à Educação Integral.

As orientações pedagógicas e organizacionais do *Programa Mais Educação* foram divulgadas em 2009/2010 em material produzido pelo SECAD/MEC em parceria com pesquisadores de todo o território nacional. Os cadernos produzidos em trilogia têm o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do conceito, operacionalização e implantação do *Mais Educação*⁶ (MEC, 2009). Conforme estes documentos o *Programa* é um incentivo às escolas públicas para que possam desenvolver, por conseguinte, seus projetos de Educação Integral com autonomia e de acordo com as especificidades locais, respeitando os pressupostos da Educação para Todos⁷.

Para compreender a operacionalização da Educação Integral é indispensável discutir os conceitos de **transitoriedade** e **ação indutora**

55 Os movimentos de Anísio Teixeira (escolas-parque e escolas-classe) e de Darcy Ribeiro (CIEP - Centro Integrado de Educação Pública) inspiraram a mobilização pela Educação Integral a partir do Programa Mais Educação.

6

Caderno 1 – Gestão Intersetorial do Território/ Caderno 2 – Educação Integral/ Caderno 3 – Rede de Saberes Mais Educação.

7

World Conference on Education for All realizado em Jomtien em 1990 e publicado pela UNESCO em 1998.

presentes no *Programa Mais Educação*. Assim, define-se como principal objetivo da pesquisa, cujos resultados estão apresentados neste texto. Problematizar e compreender como o *Programa Mais Educação* se constitui no conceito de **transitoriedade** à Educação Integral e que elementos da proposta do *Programa Mais Educação* fazem dele uma **ação indutora** à Educação Integral. Para tanto foram analisados alguns aspectos que fazem parte da dinâmica escolar, tais como: processo ensino-aprendizagem, organização curricular, tempos e espaços educativos, formação de professores e financiamento.

A pesquisa empírica foi realizada por meio de um estudo de caso e teve como objeto de observação a Escola Básica Municipal Intendente Aricomedes da Silva⁸ (EBIAS) em Florianópolis. O objetivo do trabalho empírico, portanto, foi verificar de que forma o *Programa Mais Educação* consiste em elemento de **transitoriedade** e **indução** para a operacionalização da Educação Integral. Do ponto de vista metodológico, consideramos o trabalho de pesquisa do tipo pesquisa-ação⁹ movimento em que o pesquisador faz parte do contexto estudado, tendo a possibilidade de distanciar-se de seu objeto, fazendo a análise baseado em levantamento bibliográfico e comparação com outras experiências contemporâneas. O levantamento de dados por meio de entrevistas também foi utilizado como instrumento de avaliação do *Programa Mais Educação* e da Educação Integral e, tanto no trabalho pedagógico, como neste texto, são balizadoras das produções e ações desenvolvidas.

O conceito de ação indutora no âmbito do Programa Mais Educação

A Educação Integral, apesar de ter sido amplamente discutida no Brasil, desde o Manifesto dos Pioneiros¹⁰, ganha novo enfoque a partir da **ação**

8

A EBIAS foi fundada em 31 de março de 1955 no bairro da Cachoeira do Bom Jesus e atende atualmente 780 crianças e adolescentes no Ensino Fundamental I e II.

9

Segundo Tripp (2005) “Pesquisa-ação é toda tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática.”

10 Para saber mais acesse o portal de Domínio Público do Governo Federal – www.dominiopublico.gov.br – e leia o documento na íntegra “Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959).”

indutora do Programa Mais Educação. Segundo o dicionário Aurélio (1999) induzir significa causar, inspirar, incutir, sugerir e até mesmo persuadir e o indutor seria aquele que induz, o motivador, instigador. O debate acerca da **ação indutora** do Estado nos leva a refletir sobre quais aspectos o *Programa Mais Educação* e a política de Educação Integral são elementos indutores, inspiradores ou persuasivos no que diz respeito à consolidação de um projeto de Educação Integral que garanta às pessoas o pleno exercício da cidadania.

O atual Governo Brasileiro (MEC, 2009a), no que diz respeito a construir a Educação Integral em Tempo Integral, reconhece sua responsabilidade em promover ações que concretizem o papel indutor do Estado quanto à ampliação dos tempos e espaços educativos, partindo da integração entre as esferas do governo¹¹ e somando-se às experiências distribuídas pelo Brasil, sem deixar de considerar todo o legado histórico de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. A **ação indutora**, neste sentido, expressa vontade política, investimento e regulação do Estado quanto à aplicação dos recursos e condução dos projetos.

Além disso, a **ação indutora** é documentada no Plano de Desenvolvimento da Educação quando trata que o Estado deve “apoiar transformações na estrutura da escola, na reorganização dos tempos e espaços escolares, na formação de professores, nas formas de ensinar, aprender e avaliar, e na implementação do Ensino Fundamental de nove anos”. Ressalta, ainda, que a implantação da Educação Integral deve se dar após toda a reestruturação dos tempos e espaços e da reorganização curricular, buscando o desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões.

“Diante do exposto, a concepção de Educação Integral, que promova a formação para o exercício pleno da cidadania em uma sociedade democrática implica uma concepção de Estado que atue na construção dos pilares fundamentais, para que as escolas públicas possam atingir esse fim. Para a concretização da Educação Integral de Tempo Integral, com foco na aprendizagem, é fundamental a intervenção do Poder Público na orquestração das ações de diferentes áreas sociais em que cabe, ao Estado, o planejamento, a coordenação da implementação, o monitoramento e a avaliação das ações pedagógicas

11 Conforme o caderno “Gestão Intersetorial do Território” da Série Mais Educação.

que ocorrem no espaço e tempo escolar e outros espaços sócio-educativos.” (MEC, 2009, p. 43)

Em seu artigo 1º o decreto Presidencial nº 7.083 (BRASIL, 2010) assim define a finalidade do Programa Mais Educação - “contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em Escola Pública mediante oferta de educação básica em tempo integral” no 3º artigo trata dos objetivos do Programa:

- “1. formular política nacional de educação básica em tempo integral;
2. promover diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais;
3. favorecer a convivência entre professores, alunos e suas comunidades;
4. disseminar as experiências das escolas que desenvolvem atividades de educação integral e
5. convergir políticas e programas de saúde, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental, divulgação científica, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, integração entre escola e comunidade, para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da educação integral.”

Observa-se que já no primeiro objetivo está expressa a intenção de provocar na sociedade a discussão para a construção de uma proposta concreta de Educação Integral que seja adotada como política pública¹², fato este que explica porque o *Programa Mais Educação* é considerado **ação indutora** à Educação Integral. A partir destas discussões cada rede de educação poderá formular seus projetos próprios de Educação Integral, considerando as peculiaridades locais. Nos demais objetivos é possível perceber a necessidade de envolver a comunidade local no desenvolvimento da proposta de Educação Integral no sentido de buscar a construção de uma rede de aprendizagem. Além disso, o Decreto trata de princípios para a construção do projeto de Educação Integral como a articulação entre os saberes escolares e comunitários, a constituição de territórios educativos e de espaços educativos sustentáveis para desenvolvimento das atividades de Educação Integral e a articulação entre escolas, universidades e sistemas de ensino.

12

As políticas públicas são teoricamente caracterizadas por sua institucionalidade “a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante (SARAIVA, 2006, p.31)

Todo este movimento requer uma adaptação gradativa ao aumento de alunos e atividades escolares propostas pelo Plano Nacional de Educação – PNE, que deverá orientar a educação de 2011 – 2020, “Oferecer educação em tempo integral em 50% das Escolas Públicas de educação básica”¹³. A primeira estratégia para atender a demanda de Educação Integral diz respeito a manter pelo menos metade das crianças, adolescentes e jovens na escola por sete horas diárias ou mais durante todo o ano letivo. Além do PNE, a Proposta de Emenda Constitucional - PEC nº 134/07 propõe a universalização da jornada de sete horas para o Ensino Fundamental até 2020.

A presença desses pressupostos no PNE e PEC revelam a atenção do poder público com o tema, a colocação da Educação Integral como política pública e, portanto, a assunção do Estado (e como consequência da sociedade) como agente indutor da Educação Integral.

A principal **ação indutora** quando tratamos da **transitoriedade** entre o *Programa Mais Educação* e a Educação Integral, sem dúvida é o financiamento, o recebimento de uma quantia expressiva de recursos que é gerida pelas Associações de Pais e Professores – APPs com algumas regras pré-estabelecidas para execução, mas com uma infinidade de possibilidades de investimentos na melhoria dos serviços e materiais oferecidos às crianças e adolescentes traduz o potencial indutor do Estado. Os recursos do *Programa Mais Educação* são encaminhados diretamente às APPs e as regras para efetuar os gastos são reguladas pelo Manual Operacional de Educação Integral elaborado pelo MEC e é reeditado a cada ano.

O FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) criado em 2007 no âmbito do PNE (Plano Nacional de Educação) é responsável pelo destino da maior parte dos recursos da Educação Integral. Neste sentido resta saber se na **transitoriedade** do *Programa Mais Educação* à Educação Integral os ministérios que atualmente apóiam o Programa interministerial manterão a parceria e os investimentos. Até o momento,

13

Determinação do Plano Nacional de Educação.

informações (em geral, desconstruídas) dão conta de que os recursos do *Programa* serão destinados às escolas até o momento em que os municípios estejam preparados para desenvolver com autonomia financeira e pedagógica um projeto de Educação Integral, ocasião em que as Prefeituras deverão responsabilizar-se pelo financiamento com recursos próprios.

O financiamento para garantir a operacionalização do *Mais Educação* é feito por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE/FNDE). Verba esta utilizada para ressarcimento dos oficinairos, compra de materiais, gastos com saídas a campo e com a melhoria da estrutura da escola para atender os alunos em turno integral. Além disso, a verba do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) garante recursos para a alimentação das pessoas atendidas.

O conceito de transitoriedade no âmbito do Programa Mais Educação

A questão da **transitoriedade** no âmbito do *Programa*, ainda é pouco citada em trabalhos acadêmicos, constata-se, especialmente, nos artigos de Jaqueline Moll:

“O Programa Mais Educação, por sua vez constitui uma estratégia indutora que no âmbito pedagógico e curricular, colabora para o exercício cotidiano da progressiva expansão e reorganização do tempo escolar, assim como da progressiva inclusão de estudantes na possibilidade de processos educativos escolares ampliados e ressignificados. Nenhuma escola construída como “escola de turno” com espaços delimitados para determinado número de estudantes para a manhã, para a tarde, e às vezes para os três turnos diários “transforma-se” de um dia para o outro em escola de jornada ampliada, em escola que inclui várias refeições diárias, em escola que acompanha qualifica e diversifica a experiência formativa de seus estudantes. O Programa Mais Educação colabora no processo de construção de uma agenda escolar cotidiana para a efetiva consolidação da educação integral em tempo integral.” (MOLL, 2012, p.138)

A **transitoriedade** entendida aqui como trânsito, passagem ou mesmo caminho a ser transitado para se chegar a um determinado destino, expressa a

preparação que a escola de tempo parcial, a sociedade e o Estado devem percorrer para se constituir em uma Escola de Educação Integral em Tempo Integral que garanta a permanência e o sucesso dos sujeitos nela implicados. Desta forma, o *Programa Mais Educação* se constitui neste trânsito, um movimento de **transitoriedade** rumo à construção da Educação Integral em tempo integral.

O processo ensino-aprendizagem deve ser objeto de discussão constante na **transitoriedade**, pois a educação em tempo parcial tem apresentado falhas históricas neste processo tanto no que diz respeito às metodologias de trabalho quanto na avaliação dos resultados.

A ampliação dos tempos e espaços educativos para promover diferentes possibilidades de aprendizagem é traduzida como forma de garantir o direito a aprendizagem significativa e é um forte mecanismo de diminuição das desigualdades sociais. As atividades artísticas, culturais, sociais e esportivas se integram aos conteúdos escolares na perspectiva da interdisciplinaridade em busca de efetivos resultados de aprendizagem.

A Educação Integral como proposta para ampliar as oportunidades no processo ensino-aprendizagem precisa ser pautada na valorização da diversidade. As diferenças de culturas, classes sociais, idades e gêneros, por exemplo, são um importante estímulo para considerar diferentes formas de ver o mundo e relacionar-se com ele. Na contramão desta postura está o fato de ignorar as diferenças e buscar a homogeneização do grupo. Uma educação que se queira de qualidade precisa estar aberta às diferenças, uma legítima escola para todos.

A Educação Integral é uma educação inclusiva, que não aceita a dicotomia entre educação regular/parcial e especial, mas que está aberta a todos, criando ambientes e situações que desafiem qualquer sujeito a produzir e se desenvolver a partir de suas habilidades e necessidades, criando oportunidades para crescer junto ao outro. A diversidade de um grupo de trabalho da Educação Integral deve servir como próprio suporte do processo ensino-aprendizagem em que cada sujeito, independente da posição ocupada,

possa ser um apoio ao desenvolvimento dos demais, aonde os saberes escolares, comunitários e populares sejam trabalhados em metodologias interdisciplinares que ampliem a compreensão do mundo e o protagonismo desses sujeitos na reinvenção de seu modo de vida.

Assim, a ampliação da jornada escolar, o aumento do número de matrículas e mesmo a política de inclusão¹⁴ não garantem um atendimento de qualidade para todos, é importante aprender a utilizar os diferentes tempos, espaços e sujeitos na escola para produzir uma nova forma de fundamentar e estruturar a organização escolar concretizando práticas pedagógicas inovadoras. Por conseguinte, é necessário promover espaço regular de diálogo e formação de professores com vistas ao sucesso no processo ensino-aprendizagem e este sucesso somente é efetivo quando as estratégias de ensino resultarem no desenvolvimento da aprendizagem, caso contrário, estaremos promovendo a exclusão e o distanciamento dos sujeitos no ambiente escolar, aprofundando e reforçando diferenças. E tudo isso exige trânsitos de tempo.

O olhar subjetivo que a Escola tem do sujeito que aprende também precisa ser discutido, a Escola de Educação Integral precisa conhecer, entender, respeitar e conviver com as diferenças, situação que deve ser estendida à família e a comunidade, buscando a integração de hábitos e maneiras de enxergar e conviver no mundo por meio do diálogo e do entendimento que pode ser permeado por conflitos, mas que sempre objetiva a convivência pacífica e feliz.

A Educação Integral precisa ser um espaço de ambiente acolhedor e para concretizá-la é necessário extinguir práticas construídas historicamente e que expressam a punição, a exclusão, a intolerância, adotando novos procedimentos que estimulem o crescimento dos sujeitos e o entendimento de que as transformações sociais, tecnológicas e atitudinais do mundo não são exclusivas

14

Para mais informações consulte o documento de referência:
BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

do ambiente externo à Escola, mas que devem permear a política cotidiana no interior da Escola, pois deve haver diálogo entre a instituição e essas transformações.

Nessa mesma direção, a Educação Integral, utilizando a interdisciplinaridade como metodologia, busca o desenvolvimento do sujeito como um todo e o respeito à sua dignidade por meio da livre expressão e da relação horizontal entre todos os sujeitos do processo ensino-aprendizagem, em busca da autonomia, valorizando as expressões do sujeito em relação ao momento histórico singular da sua trajetória. Neste aspecto, a Escola amplia seu significado, buscando trabalhar além dos conhecimentos construídos historicamente, valores e atitudes necessários à convivência em sociedade em que a aprendizagem seja organizada por processos mentais que envolvam a inserção nas culturas, experiências, escolhas, interesses que motivem o conhecer e o aprender.

Nem sempre o que a escola quer desenvolver é o que as famílias esperam dela. É de fundamental relevância a constituição da comunidade escolar, em que todos os segmentos (famílias, alunos, professores, funcionários...) sejam estimulados a participar do planejamento de tudo o que ocorre no cotidiano escolar na construção da Escola de Educação Integral. Para tanto a gestão democrática e participativa é a abertura necessária para organizar questões administrativas e pedagógicas da escola, no sentido de garantir que o currículo seja o reflexo da identidade cultural e social desta comunidade.

A avaliação é aspecto importante no processo ensino-aprendizagem na Educação Integral, dado que o erro, a punição e as notas baixas são substituídas pela concepção de que cada sujeito precisa de diferentes tempos e estímulos na construção do conhecimento e que estão em distintos momentos de um mesmo processo para chegar ao objetivo. O que pode ser observado é o movimento impresso pelo estudante, o esforço, a busca, a construção de hipóteses, a argumentação, a problematização, seu envolvimento com o processo ensino-aprendizagem, independente do tempo necessário para que

isto ocorra. Além disso, compreender que um mesmo conhecimento pode ter interpretações diversas é uma forte característica de uma Escola que queira constituir uma Educação Integral e inclusiva. Neste sentido, o pensar, pesquisar, questionar e problematizar são ações indispensáveis para a busca autônoma da explicação de fenômenos e a busca da solução de problemas, traduzindo o novo sentido dado à avaliação de desempenho.

Um currículo que valorize o sujeito em suas múltiplas dimensões, considerando corpo, mente e vida social para a construção da cidadania, da criticidade e da participação, é o movimento curricular esperado na **transitoriedade** à Educação Integral. É necessário manter a observação e a reinvenção constante da organização curricular para a Educação Integral, pois o currículo é decisivo nas ações na escola e na conseqüente constituição do ser.

O currículo da Educação Integral, segundo as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de 9 anos (Brasil, 2010) deve ter jornada escolar com tempo igual ou superior a sete horas diárias com projeto educativo que integre os componentes curriculares das diferentes áreas do conhecimento com o desenvolvimento de atividades de apoio pedagógico, aprofundamento da aprendizagem, experimentação e pesquisa científica, cultura e artes, esportes e lazer, tecnologias da comunicação e informação, afirmação da cultura de direitos humanos, preservação do meio ambiente e promoção da saúde. Podemos dizer que este currículo é resultado do debate entre o poder público, a comunidade escolar e toda a sociedade na construção de uma rede de atendimento que articule os saberes e promova a aprendizagem, pois conforme MEC (2009c) "...é necessário que o conjunto de conhecimentos sistematizados e organizados no currículo escolar também inclua práticas, habilidades, costumes, crenças e valores que estão na base da vida cotidiana e que, articulados ao saber acadêmico, constituem o currículo necessário à vida em sociedade."

Segundo dados do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP, 2003) mais de 97% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos estão matriculados na Escola, contudo o crescente acesso à escola não reflete o crescimento da qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido. Aprimorar a qualidade da

educação é condição fundamental para assegurar os demais direitos humanos fundamentais, neste sentido ampliar a jornada escolar está na perspectiva de garantir o sucesso escolar e o direito à educação de qualidade.

Além disso, a Escola em tempo integral assume o papel de protetora, o que ainda gera muitas discussões em relação a função da instituição escolar, há críticas que tratam o conceito de proteção uma forma assistencialista de considerar a função social da Escola, para outros, a proteção faz da escola uma instituição democrática que viabiliza o trabalho pedagógico e possibilita a construção do conhecimento num ambiente de segurança para os estudantes. Este é, portanto, um debate que não se finda.

Para estabelecer um ambiente propício ao desenvolvimento dos sujeitos é importante discutir a qualidade dos espaços oferecidos e o aumento do tempo de permanência na escola. A ampliação da jornada escolar nos direciona ao estudo do TEMPO na Educação Integral e o território ocupado por cada Unidade para desenvolver suas atividades nos remete ao estudo do ESPAÇO. Esses tempos e espaços diferenciados proporcionam novas oportunidades de aprendizagem e constituem fundamental elemento na **transitoriedade**. Contudo, acreditamos, conforme Cavaliere (2002) que ampliar tempos e espaços não basta, é necessário tornar essas possibilidades potenciais ao desenvolvimento da aprendizagem significativa.

“Já não se trata de escolas e salas de aula, mas de todo um conjunto de locais, em que as crianças se distribuem, entregues às atividades de "estudo", de "trabalho", de "recreação", de "reunião", de "administração", de "decisão" e de vida e convívio no mais amplo sentido desse termo. A arquitetura escolar deve assim combinar aspectos da "escola tradicional" com os da "oficina", do "clube" de esportes e de recreio, da "casa", do "comércio", do "restaurante", do "teatro", compreendendo, talvez, o programa mais complexo e mais diversificado de todas as arquiteturas especiais.” (TEIXEIRA, 1961, p.197)

A discussão da ampliação dos tempos e espaços educativos é um aspecto fundamental quando tratamos da **transitoriedade** do *Programa Mais Educação* à Educação Integral. Ampliar a jornada escolar não garante o desenvolvimento da aprendizagem, pois oferecer mais tempo das mesmas

atividades e metodologias de trabalho seria reforçar os fracassos produzidos historicamente pela escola. O redimensionamento dos tempos e espaços escolares por meio dos conceitos de comunidade de aprendizagem sugerem a articulação entre os saberes comunitários, saberes populares, saberes escolares e os diferentes agentes educativos, transformando esta comunidade num espaço de formação humana. Sendo assim, a ampliação do tempo de permanência na escola e reorganização dos tempos e espaços escolares ganha um significado concreto com resultados práticos.

“...o debate sobre a ampliação do tempo de efetivo trabalho escolar não está colocado simplesmente como questão de aumento do tempo na escola nem como espaço de atividades extracurriculares assistencialistas complementares, mas como condição precípua para que se possa organizar um currículo capaz de integrar os diversos campos de conhecimento e as diversas dimensões formadoras da criança do pré-adolescente, do adolescente, do jovem e do adulto da contemporaneidade.” (MEC, 2009b, p. 49)

Além de discutir as questões de estrutura física indispensáveis na **transitoriedade** do *Programa Mais Educação* à Educação Integral é fundamental problematizar o papel dos sujeitos imbricados neste processo. A configuração do papel do educador na Educação Integral é transformado sobremaneira e se constitui em ponto fundamental na **transitoriedade** já que são reavivadas funções atualmente adormecidas. É condição precípua uma mudança na postura profissional e um olhar diferenciado ao aluno, questões que devem ser trabalhadas por meio da formação permanente. É importante discutir que iniciativas existem para formação de professores da Educação Integral, quais são as especificidades deste educador e a suficiência desta formação.

O MEC tem fomentado o oferecimento de Especializações em Universidades Federais a profissionais que atuam na implantação da Educação Integral em seus municípios e que já possuam formação em licenciaturas, como é o caso do curso em desenvolvimento na UFSC . Os conhecimentos desenvolvidos nesses cursos devem ser divulgados e trabalhados nas Escolas e Redes de Ensino a fim de que mais profissionais possam entender como o

Programa Mais Educação se configura na **transitoriedade** e como **ação indutora** à Educação Integral, o que as diferenciam e que conceitos estão implicados na Educação Integral, desta forma, os estudantes da Especialização se tornam multiplicadores tanto das discussões teóricas como das práticas pedagógicas desenvolvidas neste contexto.

Segundo Branco (2012 apud MOLL, 2012) a melhor estratégia metodológica utilizada na formação de professores para Educação Integral é a pesquisa-ação, na qual o professor ao passo que atua nesta modalidade de ensino, deve refletir e pesquisar sobre seu cotidiano, sendo que a partir de seus estudos a prática pedagógica sofre alterações e dessas alterações surgem novas dúvidas que serão pesquisadas. A metodologia da pesquisa-ação sugere este movimento de pesquisa constante sobre a prática pedagógica desenvolvida. Para praticar a pesquisa-ação, a escola deve proporcionar ao grupo de profissionais da Educação Integral momentos de planejamentos e estudos sistemáticos em que sejam orientadas pesquisas sobre temas de anseio dos professores e sejam desenvolvidas as articulações dos planejamentos das áreas do conhecimento por meio da interdisciplinaridade. Esse é, portanto, o movimento que buscamos realizar.

Educação Integral na EBIAS:

o Programa Mais Educação como transitoriedade e ação indutora

O coletivo dos educadores da EBIAS, entendendo os pressupostos do *Programa Mais Educação* e consciente das necessidades da comunidade escolar em promover ações que possibilitem maior tempo e articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, saberes comunitários e os saberes populares com foco na aprendizagem, assumiu o compromisso de atender ao maior número possível de alunos por meio do *Programa Mais Educação* desde 2010, adaptando gradativamente os tempos e espaços escolares.

No primeiro ano de atendimento – 2010 – foram cadastrados no SIMEC¹⁵ duzentos e dez alunos. No segundo ano – 2011 - foram cadastrados cento e dez alunos, no terceiro ano – 2012 – foram duzentos e quarenta alunos e em 2013 atende duzentos e cinco alunos¹⁶.

A seguir apresenta-se o contexto desta Unidade Educativa destacando-se as possibilidades de **transitoriedade** e **indução** do Programa Mais Educação à Educação Integral.

Em 2009, a EBIAS foi convidada a aderir ao Programa Mais Educação, pois estava dentro do perfil recomendado pelo MEC - escola pública de periferia com baixo índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Assim, a direção escolar, inicialmente motivada pelos valores que seriam depositados na conta da APP para financiar o Programa, aceitou o convite e iniciou a configuração da proposta para início das atividades em 2010. Como primeira atividade foi feita a escolha do coordenador a partir da sondagem dos interessados. Logo após foi feito o estudo dos cadernos de orientação para implantação do Programa enviados pelo MEC. Inicialmente, o coletivo escolar pensou ser importante inscrever no Programa o máximo possível de alunos levando em conta os espaços disponíveis para desenvolver as atividades das oficinas. Assim, cerca de 40% dos alunos do 2º ano à 7ª série¹⁷ foram cadastrados e passaram a frequentar as atividades no contra-turno escolar. Foram formadas onze turmas multisseriadas, agrupadas por interesse a partir das oficinas escolhidas. A alteração na dinâmica e na rotina escolar foi radical, pois grande parte dos alunos passou a circular na escola em período integral, recebendo além de atendimento pedagógico, café da manhã, almoço e lanche

15

SIMEC - Sistema do Ministério da Educação e Cultura onde são cadastradas todas as informações do Programa Mais Educação referentes às escolhas das escolas (Oficinas, números de alunos espaço físico...)

16

Dos 205 alunos cadastrados, 115 alunos são do Ensino Fundamental I e frequentam o Programa Mais Educação e 90 são do Ensino Fundamental II em turmas de Educação Integral com currículo articulado por meio da interdisciplinaridade.

17

O fato de ser utilizado ora ano e ora série se deve ao momento de transição para o Ensino Fundamental de 9 anos.

da tarde. Todo este movimento causou um forte impacto tanto no cotidiano escolar, quanto nas atividades de cada trabalhador da escola, tendo em vista o aumento da carga de trabalho exigida a cada um, o preenchimento dos espaços disponíveis com variadas atividades pedagógicas e o próprio ruído e movimentação no prédio. Muitos sentiram-se incomodados com a nova dinâmica e foram necessárias muitas reuniões para discutir os conflitos que tornaram-se mais frequentes a partir desta nova realidade.

O contexto descrito aponta elementos importantes para o debate sobre a **transitoriedade**. Sem dúvida a gestão democrática é um dos principais fatores para debate deste conceito, pois este movimento de trânsito exige que todas as situações sejam discutidas e debatidas no grupo, por mais incômodo e desconforto que causem, as situações de conflito são importantes momentos de construção coletiva. A primeira situação que deveria ter sido levada à comunidade escolar para deliberação é se o Programa Mais Educação com a intencionalidade de construir um projeto de Educação Integral era um anseio coletivo e relevante diante da realidade da EBIAS e este debate não ocorreu, tendo em vista que a direção foi tomada pelo ímpeto de aceitar a proposta com a atenção voltada ao valor de financiamento que seria recebido e gerenciado diretamente pela APPEBIAS quando da adesão ao Programa, fator este que se constitui na principal **ação indutora** neste trânsito entre o *Programa Mais Educação* e a Educação Integral. Cabe lembrar, que a própria comunidade escolar tem a oportunidade de decidir aonde e em que atividades será investido o valor recebido de forma direta, e em quais ferramentas para qualificar a aprendizagem de acordo com as necessidades locais. Além disso, a escola não recebeu prazo para apresentar resposta, nem tempo limite para que a decisão fosse tomada coletivamente.

A segunda ação importante da gestão escolar para a **transitoriedade** do *Programa Mais Educação* à Educação Integral é garantir um processo democrático de escolha do coordenador. A comunidade escolar deve estabelecer um perfil deste profissional, buscando alguém que conheça profundamente a realidade da comunidade, possua uma relação de diálogo com

a mesma e, ao mesmo tempo, traduza os objetivos do *Programa* em suas ações pedagógicas. Esta postura garante a manutenção de um processo democrático de escolhas, continuidade e avaliação de todos os procedimentos adotados no transcurso das atividades. Manter um sistema de avaliação constante por meio do diálogo entre as famílias e com os pares na Escola é fundamental na **transitoriedade**, todos os procedimentos devem ser revistos de forma sistemática no grupo para que tenham legitimidade.

Assim, ao final do ano de 2010, o coletivo da EBIAS concluiu que seria importante manter o *Programa Mais Educação* em andamento, mas que alguns pontos frágeis deveriam ser reavaliados. A gestão democrática é novamente um diferencial, pois assumir as fragilidades, levar as discussões novamente ao grupo e gerar encaminhamentos é condição para a **transitoriedade**. Assim, naquele momento foi necessário fazer a troca de coordenador e diminuir o número de crianças e adolescentes atendidos na tentativa de reorganizar o cotidiano escolar e otimizar os benefícios que o *Programa* proporcionou à comunidade.

Em 2011, então, a coordenação inicia os trabalhos com alguns oficinairos do ano anterior, atendendo a um número bem menor de crianças. O objetivo foi a re-estruturação dos tempos e espaços escolares em busca de um atendimento de maior qualidade, respeitando-se as especificidades das crianças e adolescentes. Outra decisão fundamental foi a de que a coordenadora também seria responsável pelo atendimento de uma oficina, no caso Letramento, com o objetivo de estar próxima aos alunos, de suas histórias, de suas peculiaridades e se aproximar dos anseios dos professores e de seus projetos de trabalho, buscando articular o trabalho pedagógico por meio da interdisciplinaridade.

As crianças e adolescentes atendidos (pelas orientações do Programa) são selecionados a partir das necessidades de atendimento diferenciado que apresentam e da vulnerabilidade social. A cada final de bimestre são feitos colegiados de classe com participação de todos os segmentos da comunidade escolar – pais, alunos, professores, equipe pedagógica e direção - para avaliação dos procedimentos adotados no processo ensino-aprendizagem e

para avaliação do desenvolvimento dos alunos. Na ocasião é feito levantamento de quais crianças e adolescentes apresentam maior necessidade de oportunidades ampliadas para desenvolver a aprendizagem. Feito este levantamento, a coordenação entra em contato com a família a fim de solicitar autorização para que este aluno permaneça em período integral na escola para participar do atendimento na Educação Integral. Quando a família autoriza esta participação a criança ou adolescente pode frequentar as atividades oferecidas por sete horas diárias e cinco dias por semana, recebendo alimentação durante todo o período em que se encontra na escola.

Além disso, existem alunos que são encaminhados pelo Conselho Tutelar ou por Programas de Ministérios parceiros como o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho. Essas crianças e adolescentes têm prioridade no atendimento em função do risco e da vulnerabilidade social dos quais são vítimas. A manutenção das parcerias com outros órgãos públicos como Conselho Tutelar, Programa de Saúde do Escolar, Assistência Social e outras é fundamental à **transitoriedade** no sentido de manter-se a gestão Intersetorial dos territórios de desenvolvimento das crianças e adolescentes e consolidar a Educação Integral como política pública.

Os profissionais contratados para atuar no Programa são selecionados por meio de apresentação de currículo e projeto de trabalho dentro da área para a qual se candidatam e, em geral, possuem formação acadêmica. Além disso, professores contratados pela Secretaria Municipal de Educação e que tenham disponibilidade de carga horária também contribuem a partir de suas áreas de conhecimento.

Assim, na EBIAS foram formadas quatro turmas do Programa, duas no matutino e duas no vespertino, cada uma composta de vinte e cinco alunos, sendo uma turma de alunos matriculados no 3º e 4º anos e outra de alunos do 5º e 6º anos (tanto para a manhã quanto para a tarde). A direção escolar disponibilizou uma sala de aula para desenvolver as atividades, esta sala seria utilizada por uma turma enquanto a outra estaria ocupando outro espaço da escola.

A EBIAS tem como diferencial uma variedade de espaços educativos, o que facilita o desenvolvimento de atividades diferenciadas. Esses espaços educativos foram conquistas da comunidade escolar que, com muita persistência, lutou junto ao Poder Público para construção e manutenção de ambientes relevantes para o desenvolvimento das aulas. Considera-se que este constitui-se em mais um fator fundamental na **transitoriedade**, já que são necessários espaços diferenciados para a organização das atividades pedagógicas. Cabe destacar que se estes espaços não estiverem disponíveis no interior da Unidade Educativa é possível a busca de parceiros vizinhos da Escola, contudo é importante ressaltar o cuidado que deve ser tomado nas parcerias, no sentido de que o parceiro torne-se mais um voluntário no desenvolvimento das atividades e não exija uma contrapartida da Escola, visto que a contrapartida constitui-se na melhoria da qualidade do atendimento educacional oferecido e na conseqüente melhora da vida na comunidade.

A EBIAS possui parcerias ocasionais com a Sociedade Espírita de Recuperação Trabalho e Educação (SERTE) e Sapiens Park, porém possui dificuldades para estabelecer novas parcerias, pois encontra-se numa área afastada da cidade. Contudo, tem uma boa estrutura física para oferecer Educação Integral: auditório, bosque, sala informatizada, laboratório de ciências, refeitório, sala de dança, pátio coberto, quadra coberta e descoberta, horta escolar, parque infantil e uma grande área livre.

As oficinas oferecidas são escolhidas pela comunidade escolar ao final do ano letivo para o ano seguinte por meio de pesquisa que as crianças e adolescentes fazem junto às suas famílias. Nesta pesquisa, as famílias avaliam o aproveitamento de cada oficina desenvolvida e escolhem quais são relevantes e devem continuar acontecendo, podendo, também, sugerir novas oficinas. Esta organização garante a participação da comunidade escolar nas escolhas feitas e na destinação dos recursos públicos. O número de oficinas é disponibilizado tendo por base o número de alunos que serão atendidos na Educação Integral.

Ainda em 2011, a direção liberou a Auxiliar de Ensino de Tecnologias Educacionais – Coordenadora da Sala Informatizada - e a Auxiliar de Ensino de

Ciências – Coordenadora do Laboratório de Ciências – para que desenvolvessem oficinas semanais junto às turmas do *Programa Mais Educação*, fator essencial que revela o movimento da **transitoriedade** já que os esforços devem ser conjugados entre os gestores de diferentes esferas governamentais, inclusive no que diz respeito ao investimento em recursos humanos para um bom atendimento de acordo com as necessidades locais. Pelo planejamento desenvolvido, na sala informatizada foram trabalhados jogos matemáticos no computador e no Laboratório de Ciências foi feita a formação continuada de monitores ambientais. É importante destacar que a equipe de monitores ambientais é composta de alunos que recebem formação para acompanhar grupos de outras instituições em visita ao bosque Luiz Netto Soares na EBIAS. Nessas ocasiões, os visitantes são recebidos pela Coordenadora do Laboratório de Ciências, pela bibliotecária e pelos monitores ambientais que orientam a trilha, contam sobre a luta da comunidade para construção do bosque dentro da área escolar, explicam sobre a comunicação visual-tátil presente no percurso da trilha, fazem contação de histórias, servem lanche, acompanham alunos menores na higiene, fazem brincadeiras e visitam os demais espaços da EBIAS.

A formação do grupo de monitores ambientais é um excelente movimento para inserir crianças e adolescentes na participação ativa do cotidiano escolar, incentivando a valorização e manutenção do bem público, a responsabilidade e o próprio protagonismo juvenil. O sentimento de pertencimento ao ambiente escolar impulsiona sobremaneira o próprio desempenho desses alunos nas atividades escolarizadas.

A alimentação distribuída aos alunos é elaborada por uma nutricionista contratada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e preparada pelas cozinheiras da Escola. São oferecidos o lanche da manhã, o almoço e o lanche da tarde. O almoço é servido em sistema de *buffet* de pratos quentes, saladas e frutas. Esse momento é supervisionado pela coordenação e professores que estão atuando nas turmas naquele dia, além dos funcionários da portaria, limpeza e cozinha. A alimentação é considerada um dos principais elementos da

transitoriedade, principalmente porque a escola não foi preparada para atendimento em tempo ampliado e precisa, portanto, construir paulatinamente esta cultura que inclui o próprio conceito de alimentação.

Após terem se alimentado, os alunos distribuem-se em várias tarefas: uso do *lap top* educacional¹⁸ distribuído aos alunos do período integral, brincadeiras no parque infantil, jogos na quadra de esportes, dança no pátio da escola, leitura do material da biblioteca aberta. Em dias chuvosos também é utilizado o auditório para projetar filmes. Todas essas atividades recreativas proporcionam um momento de maior leveza e relaxamento para o horário de almoço. Além disso, é comum utilizar este momento para conversas reservadas com alunos ou mesmo conversas informais para resolver conflitos, trocar opiniões e estreitar laços entre crianças, adolescentes e educadores. O fato das crianças e adolescentes poderem entender a escola como espaço de lazer e entretenimento e não somente de atividades estruturadas de forma rígida constitui elemento importante à **transitoriedade** em direção a Educação Integral.

As avaliações feitas no decorrer de 2011 revelaram que a comunidade escolar havia construído uma relação de confiança com o Programa Mais Educação, percebia a relevância das atividades para a melhoria do processo ensino-aprendizagem e estava disposta a cooperar com o desenvolvimento do projeto, conforme relatos colhidos na avaliação final enviada às famílias:

“Eu quero te agradecer de coração, porque com você e a Ana Maria o Marcos Felipe melhorou muito, só tenho a dizer muito obrigado!”

“Em relação aos meus filhos só tenho a agradecer e incentivar este projeto, pois os meus filhos estavam em outro colégio durante três anos e não desenvolveram, ou seja, não aprenderam a ler e colocar as palavras corretamente e este Projeto e esta Escola foram de grande valia para eles! Parabéns!”

“Parabenizar os professores pelas atividades realizadas.”

“Este projeto foi muito bom para meu filho, ele aprendeu muito, foi o melhor ano deste projeto, ele gosta muito. Espero que ano que vem seja melhor ainda.”

“Estamos contentes com este projeto que a escola proporciona aos alunos. Cada vez melhorando em atividades que antes teríamos somente pagando. Obrigado”

“O Mais Educação foi muito importante para minha filha. Ela tinha dificuldade para aprender as letras, em menos de um mês ela já tava lendo. O comportamento também melhorou.”

“Acho muito importante este Programa na escola, pois dependo dele para poder trabalhar e meu filho se desenvolver melhor.”

Tendo em vista o estreitamento das relações com as famílias, fator que vai legitimando este movimento de **transitoriedade**, a ideia do *Programa* passa a conquistar a confiança dos professores e espaço na Escola. Tanto é assim que o grupo definiu que no ano seguinte (2012) os benefícios do Programa seriam estendidos a um percentual maior de crianças e adolescentes matriculados na EBIAS.

A expansão do atendimento para duzentos e quarenta crianças, em 2012, exigiu maior organização, planejamento e um coletivo de esforços. O grupo de profissionais atuantes foi fundamental para o sucesso dos projetos de trabalho e para a melhoria do desempenho dos alunos. Esse grupo, que em geral se manteve o mesmo desde a inauguração do *Programa*, construiu um forte elo e trabalhou em função do objetivo de humanizar os espaços escolares e promover atividades pedagógicas que despertassem o interesse e a motivação das crianças e adolescentes, procurando acolher suas necessidades e fragilidades. A formação de um grupo de trabalho comprometido pode ser elemento fundamental para a **transitoriedade**. O coordenador, ao fazer contratações, deve deixar claro os pressupostos e a proposta pedagógica do projeto de trabalho construído na Escola, os procedimentos adotados em situações de conflito, o manejo com os alunos e permitir que o profissional evidencie seu projeto de trabalho na área em que irá atuar e fique à vontade para trazer para discussão no grupo suas sugestões. Os profissionais devem se sentir motivados, valorizados e acolhidos. No caso da EBIAS, a comunicação diária em meio eletrônico (grupo de e-mail) e reuniões periódicas de estudo e avaliação dos trabalhos tornou-se mecanismo encontrado para manter o grupo coeso. Esses encontros foram momentos de troca e crescimento, quando todos tinham a possibilidade de expor suas angústias sem a preocupação do erro ou

acerto, mas com a certeza de que tudo seria avaliado e discutido para o crescimento do trabalho em benefício do desenvolvimento da aprendizagem.

Além da consolidação de um grupo de trabalho coeso, a gestão compartilhada da EBIAS, foi fundamental para o gerenciamento das ações e ganhou novo fôlego em 2012, com a criação do Fórum de Articulação e Comunicação Escolar – FACE, que se constituiu como grupo gestor da Unidade Educativa, composto pelos coordenadores de setores e projetos da Escola. O FACE se reúne semanalmente para deliberar sobre as ações desenvolvidas na EBIAS e avaliar o processo pedagógico e administrativo em andamento. O grupo tem coordenado esforços no sentido de construir um Projeto de Educação Integral de referência no que diz respeito à ampliação das oportunidades educativas e organização do processo ensino-aprendizagem. Para tanto, tem organizado as reuniões pedagógicas que na EBIAS possuem caráter de formação continuada em serviço com certificação da Secretaria Municipal de Educação/Prefeitura Municipal de Florianópolis, mais um momento essencial para aprimoramento de todos os profissionais e articulação das atividades pedagógicas, já que não há distinção entre os profissionais contratados pela PMF em relação aos contratados com o recurso do Programa Mais Educação.

A formação de novembro de 2012 despertou especial atenção do grupo em pensar o *Programa Mais Educação* como **ação indutora** à Educação Integral na perspectiva da organização curricular e na ressignificação dos tempos e espaços escolares. Na ocasião, o professor Doutor Juarez da Silva Thiesen, do Centro de Ciências da Educação da UFSC, trouxe um debate acerca do conceito de Educação Integral e subsídios para a problematização da **transitoriedade** entre um Programa desenvolvido por iniciativa governamental e a construção de um projeto de Educação Integral em tempo integral que de fato reflita as concepções, as expectativas do coletivo da própria comunidade traduzidas no PPP da EBIAS. A formação trouxe elementos fundamentais para amadurecimento dos agentes curriculares e possibilitou a construção de saberes e conceitos balizadores do Projeto de Educação Integral que a escola estava prestes a construir.

O grupo, cada vez mais disposto a debater sobre esta nova modalidade de trabalho pedagógico, passou a cogitar a possibilidade de organizar as primeiras turmas de Educação Integral a partir da experiência do *Programa Mais Educação*, assim, os Colegiados de Classe finais de 2012 foram realizados na perspectiva de avaliar que turmas e que alunos tinham maior urgência para o atendimento pedagógico na Educação Integral em tempo integral. Ao final do período de Colegiados de Classe foram selecionados pouco mais de setenta adolescentes de 8ª série para a formação de duas turmas e vinte e sete alunos de 7º ano para a formação de uma turma. Além destas três turmas, seriam mantidos os alunos de 2º ao 5º ano na forma multisseriada no *Programa Mais Educação*. Podemos observar que o aquecimento do debate acerca de novos desenhos curriculares e novas configurações de Escola foram movimentos fundamentais impressos pelo *Programa Mais Educação* como **ação indutora** à Educação Integral, inclusive aproximando as discussões acadêmicas da realidade vivida na Escola.

No segundo semestre de 2012, em meio à todas as discussões realizadas em função da capacitação e planejamento da Educação Integral, o grupo de professores do *Programa Mais Educação* construiu sua primeira emblemática pautada no estudo dos Cadernos do MEC. A mandala simboliza as concepções e conceitos por meio das quais o trabalho estava sendo desenvolvido na EBIAS e a própria transitoriedade do *Programa Mais Educação* à Educação Integral¹⁹.

O projeto de Educação Integral da EBIAS para 2013 foi enviado à SME com a solicitação de contratação de três professoras articuladoras (uma para cada turma de Educação Integral do Ensino Fundamental II) e uma professora de apoio pedagógico para atender às classes multisseriadas juntamente com o *Programa Mais Educação*. As professoras articuladoras têm como atribuições o acompanhamento pedagógico, entendido pela organização de procedimentos que oportunizem a construção do conhecimento e da manutenção do suporte emocional dos alunos e a articulação de práticas pedagógicas entre todos os profissionais de área que atuam junto às turmas de forma a constituir um projeto

19 A mandala está apresentada na capa do artigo.

de trabalho único por meio de um tema gerador e que atenda às demandas trazidas pelos estudantes de forma interdisciplinar. Contudo, fica evidente que apesar da Secretaria Municipal de Educação exigir a sequência da chamada pelo processo seletivo geral para admitidos em caráter temporário (ACT), as profissionais selecionadas devem ser informadas no ato da escolha da vaga sobre o diferencial de sua função e passem por entrevista identificando sua formação e trajetória profissional para que sejam firmados contratos de trabalho com profissionais que apresentem o perfil desenhado pela unidade educativa. Não há dúvida de que a adoção deste procedimento é indispensável ao bom andamento dos projetos de Educação Integral em qualquer escola.

Com o projeto aprovado, foram iniciados os estudos de como seria a organização curricular, os horários, as questões metodológicas e a avaliação da Educação Integral. Decidiu-se que as turmas seriam atendidas com a mesma carga horária e áreas do conhecimento da Educação parcial mais as atividades desenvolvidas com os recursos do *Programa Mais Educação*. Na organização da carga horária, houve a preocupação em equilibrar os tempos de cada área de modo a traduzir a importância de cada uma no desenvolvimento do projeto de trabalho como um todo.

Os alunos selecionados a participar da Educação Integral receberam uma carta destinada às famílias explicando brevemente sobre o projeto da Escola e chamando para uma reunião onde seria explicada a organização, os procedimentos e a dinâmica de trabalho pedagógico nas turmas. Assim, iniciou-se com as turmas de sétimo ano e oitavas séries ainda em fevereiro de 2013, atendendo em média vinte e cinco alunos por turma das 8h às 16 horas de segunda a sexta-feira. Cada turma possui uma sala ambiente e tem disponível toda a estrutura da EBIAS para desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Mesmo atendendo a um número crescente de crianças e adolescentes, o número de vagas ainda é insuficiente para atender à demanda da comunidade escolar. Na medida em que o *Programa Mais Educação* foi ganhando credibilidade junto à comunidade, a procura pelo atendimento em período

integral cresceu além da oferta e há muitos alunos na lista à espera de uma oportunidade para participar das atividades do Programa.

Cada turma participa de aulas das oito áreas recomendadas nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) para o Ensino Fundamental II – Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Língua Estrangeira (Inglês), Educação Física e Artes – mais as áreas desenvolvidas em parceria com o *Programa Mais Educação* – Letramento, Matemática, Futebol, Capoeira, Tae Kwon Do e Educação Ambiental. Além dessas, os alunos têm um momento chamado *Articulação* com aulas ministradas pela professora articuladora da turma. A organização do horário de trabalho contempla todas as disciplinas, rompendo com a dicotomia turno e contraturno e a hierarquização dos saberes.

A metodologia de trabalho adotada obedece aos parâmetros da Educação Integral conforme publicado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – SECAD/MEC, compreendida como “instrumento de diálogo e troca entre os saberes da escola e comunitários”. Segundo a visão freireana²⁰, a escola é um espaço de conflito em que o diálogo precisa ser conquistado como elemento fundamental para criar um ambiente no qual as diferenças possibilitem a construção de conhecimentos com liberdade (FREIRE, 2011).

Assim, entendemos que a melhor forma de organização metodológica é a Pedagogia de Projetos, em que cada sujeito tem a autonomia para problematizar questões de seu interesse e buscar soluções viáveis por meio dos estudos feitos em cada campo conceitual. Trabalhar com a Pedagogia de Projetos faz com que o professor assuma seu papel de mediador do processo de (re) construção do conhecimento, orientando, estimulando e criando as condições necessárias para que o aluno encontre sentido e significado entre os conteúdos trabalhados e suas vivências cotidianas. Para a Pedagogia de Projetos, aprender exige protagonismo, para tanto o educador deve proporcionar vivências instigadoras aos alunos, possibilitando a problematização e o posterior levantamento de

hipóteses para solucionar suas dúvidas e indagações. Percebe-se, neste sentido, o movimento impresso por esta metodologia.

A Pedagogia de Projetos é uma metodologia muito significativa, pois favorece o trabalho em equipe, incentiva o respeito, provoca desafios pertinentes ao processo de ensino-aprendizagem, instiga o querer aprender e a busca por novos saberes, permite que o aluno aprenda-fazendo e reconheça a sua autoria na produção, desenvolvendo sua autonomia. Além disso, são frequentes as saídas a campo, movimentos constantes na Educação Integral, visto que os estudos *in loco* são elementos essenciais no que diz respeito a oferecer oportunidades ampliadas de aprendizagem. Procura-se oferecer essas oportunidades de forma cotidiana para manter um movimento na aprendizagem e a motivação dos alunos.

O grupo de profissionais da Educação Integral prioriza reuniões periódicas com as famílias – Colegiados de Classe – e entre educadores para discutir as atividades realizadas e a forma de atendimento aos alunos. Nesses fóruns, busca-se a integração da comunidade e o envolvimento dos profissionais da escola com o processo ensino-aprendizagem das crianças e adolescentes, bem como a análise dos indicadores educacionais²¹ de forma a qualificar constantemente o procedimento.

A formação de professores e o planejamento são feitos semanalmente, em dias alternados, contemplando todos os profissionais da Educação Integral. Esses encontros são de meio período (matutino ou vespertino) e são organizados de forma que em metade do tempo sejam feitas as articulações de planejamentos e em outra metade receba-se profissionais que tratem de assuntos de interesse do grupo como estratégia de formação continuada em serviço na Educação Integral. Além disso, o grupo mantém contato diário por meio do grupo de *e-mail* ou *facebook* com o objetivo de articular práticas pedagógicas.

21

Utilizamos a análise feita na Plataforma Meritt como subsídio para construção da prática pedagógica. Saiba mais em www.meritt.com.br.

A divulgação das atividades e projetos realizados na Educação Integral é ponto fundamental. Tudo o que acontece é publicado no *facebook* da Educação Integral EBIAS, no jornal da PMF ou mesmo em periódicos de circulação de massa. Ademais, alunos e professores já foram entrevistados em jornais impressos e rádios possibilitando a divulgação do trabalho realizado e ampliando as oportunidades de parcerias para desenvolvimento da aprendizagem.

Considerações finais

Entende-se que o *Programa Mais Educação* se constitui num forte movimento indutor do Estado para fomentar as discussões de Educação Integral nas Unidades Educativas e na sociedade como um todo. A vivência impressa pelo *Programa* promove a problematização das ações, indo da organização dos tempos e espaços, à organização curricular, à formação de professores, o acesso a alimentação saudável, mas, em especial, ao olhar e envolvimento dos educadores com o público atendido e a comunidade onde estão inseridos.

A principal **ação indutora** do Estado no *Programa Mais Educação* é o financiamento, cabendo às secretaria de educação e às unidades educativas otimizar a utilização dos recursos de forma que contemplem as reais necessidades da comunidade escolar e criem um movimento de reflexão a respeito da configuração de uma proposta de Educação Integral para cada comunidade. Esta estratégia possibilita a transformação da organização escolar e a maneira como se relaciona com seu entorno promovendo benefícios permanentes e qualificando a ação pedagógica.

Isto indica que apesar do financiamento ser uma forte ação indutora, ele não garante o sucesso do *Programa*, é preciso constituir, a partir da gestão democrática, situações que promovam a **transitoriedade com segurança**. As Secretarias de Educação e as unidades educativas, por meio de seus representantes, precisam além de oferecer mecanismos de participação colegiada - reuniões conjuntas de planejamento, escuta sistemática das famílias, avaliação constante das ações pela comunidade - utilizar, de fato, os subsídios

destas ações para a construção de um projeto de Educação Integral que atenda às demandas trazidas pelos sujeitos envolvidos no processo, constituindo um movimento popular que impulse a consolidação da Educação Integral como política pública.

A questão do Atendimento Educacional Especializado – AEE, dos alunos da Educação Especial, na Educação Integral, precisa de atenção e pesquisas, pois, conforme preconiza a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o AEE deve ser oferecido no contraturno. Problematizar de que forma deve ser feito esse atendimento tem sido objeto de estudo e análise dos profissionais da EBIAS, objetivando promover o AEE sem que o aluno seja afastado do seu grupo de Ensino Regular, identificando, organizando e elaborando recursos pedagógicos e de acessibilidade no contexto e espaços das práticas escolares. Acredita-se que há possibilidade de inaugurar-se novas práticas inclusivas, removendo não só barreiras arquitetônicas, mas principalmente as atitudinais, promovendo a participação deste aluno na vida escolar, familiar e social contribuindo, assim, para o fortalecimento do processo de inclusão.

Assim, entende-se que o Programa Mais Educação se constitui em um forte e amplo projeto indutor pelo Estado para discutir a implementação da Educação Integral como política pública, contudo é necessário manter o foco das discussões nos elementos da **transitoriedade**, em especial os tempos e espaços escolares, a organização curricular, o processo ensino-aprendizagem e a formação de professores, para que esse movimento não se constitua em uma ação política pontual. A expectativa é que esta política pública se configure como prática permanente e colabore com a qualificação da educação e a melhoria da vida das pessoas na nossa comunidade e em todo o Brasil.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto Presidencial nº 7.083, 27 de janeiro de 2010.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002.

EBIAS. Projeto Político Pedagógico. Florianópolis, 2012.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Versão eletrônica, 2011.

MEC. Programa Mais Educação: gestão intersetorial do território. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009a.

MEC. Educação Integral: texto referência para o debate nacional. Brasília: MEC, SECAD, 2009b.

MEC. Rede de saberes Mais Educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. Brasília: Ministério da Educação, 2009c.

MOLL, Jaqueline (org). Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública In. SARAVIA, E. e FERRAREZI, E. Políticas Públicas, Coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.35, n.81, jan./mar. 1961. p.195-199.

TRIPP, David. Educação e pesquisa. São Paulo, v.31, n.3, p.443-466, set/dez, 2005.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1998.